



RELATO INTEGRADO 2019





RELATO INTEGRADO 2019



Sobre este Relato

O Relato Integrado atende não somente aos gestores, mas também os órgãos de controle, bem como à sociedade.

Compartilhamos aqui, de forma objetiva e transparente, as principais práticas, resultados e desafios do ano de 2019, dentro de uma abordagem integrada em que os capitais financeiros, humano e intelectual se relacionam entre si e incluem temas que orientam a nossa tomada de decisão na condução da gestão, como cultura de governança, valores éticos, atenção à gestão de risco, valorização dos profissionais de contabilidade, através da Educação Profissional Continuada, disciplina, foco na criação de valor e engajamento na questão socioambiental.

Esta nova era, vem com a perspectiva de trazer valor em função do tempo, com novas técnicas, novas tendências para se fazer gestão e ao mesmo tempo, cuidando do meio ambiente, através da sustentabilidade, como uma das principais estratégias, agregando valor à sociedade. Tendo a consciência de que precisamos impactar menos e não gerar passivos.

Elizete dos Santos Lacerda

Adm. Diretora Executiva do CRCAP

Sumário

Mensagem do Presidente.....

4

Quem Somos.....

5

Visão Geral Organizacional e
Ambiente Externo.....

6

- O CRCAP
- Ambiente Externo
- Principais canais de comunicação com a sociedade
- Cadeia de Valor

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....

12

- Estrutura e Práticas de Governança
- Estratégia
- Alocação de recursos

Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....

17

- Modelo de Gestão de Riscos e Controle

Resultados e Desempenho da Gestão.....

20

- Resultados das áreas fins
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Licitações e Contratos;
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos.
- Gestão de Pessoas

Informações Orçamentárias, Financeiras
e Contábeis

26

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Notas Explicativas

Mensagem do Presidente

2019 foi o último ano da nossa Gestão à frente do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá. Tivemos como principal objetivo cumprir a promessa feita à classe de “Fortalecer a Missão Institucional do nosso CRC-AP”. Neste intuito, nosso trabalho fluiu dentro das condições que foram possíveis para a consecução do nosso propósito.

Contamos com a ajuda, essencial, dos colaboradores do Conselho e conseguimos parte do nosso objetivo.

A educação continuada teve que ser priorizada, pois os(as) profissionais da Contabilidade atravessam um período de desafios, onde a evolução dos controles do Fisco obriga ações voltadas ao preparo da classe contábil, para que a mesma possa acompanhar esta fase chamada disruptiva. Romper com as práticas obsoletas e se preparar para atuar nos novos procedimentos, foi o que balizou nossas ações no ano de 2019, em favor dos(as) nossos(as) Profissionais.

Fizemos a reaproximação do nosso CRC-AP com importantes órgãos, hoje nossos



Contador: Emílio Sérgio Oliveira dos Santos

parceiros, como o Sebrae, Senac, FECOMERCIO, Femicro e ACIA. Quando assumimos, essas relações estavam distanciadas. Foram estreitados os laços, também, com a Receita Federal, SEFAZ e a Prefeitura Municipal de Macapá. Essa proximidade se faz importante para o trabalho da classe contábil amapaense.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá (CRCAP) e o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo assinaram um importantíssimo termo de cooperação técnica. O objetivo é disponibilizar aos(as) profissionais da contabilidade amapaense, uma plataforma que oferece cursos à distância relacionadas à área contábil. Este foi, sem dúvida, um dos mais importantes passos da nossa gestão, que contou com a imprescindível colaboração da Presidente do CRC de São Paulo, Contadora Marcia Ruiz Alcazar.

Outro importante projeto não recebeu o apoio do nosso Plenário, que era o da montagem da rádio web do CRCAP. Este projeto visava atender, também, os(as) profissionais da contabilidade que atuam no interior do Amapá, que a cerca de dez anos não são visitados pelo Conselho. Este projeto ajudaria a modernizar a comunicação do nosso CRC-AP. Vivenciamos a era da informação, mas existe um fator fundamental para que este fator chegue aos(as) nossos profissionais: a comunicação. Neste item, o CRC-AP é bastante deficitário. Pode ser que, com a renovação de nosso Plenário, com novas cabeças, novas posturas e IDEAIS, o nosso Regional avance e atenda melhor a classe neste quesito.

Importante ressaltar que, em nossos pronunciamentos, sempre reiteramos a necessidade da nossa classe contábil ter uma boa representatividade política, pois temos projetos de lei necessários para a nossa atuação contábil. Carecemos ser mais

proativos na política e na gestão do nosso Estado.

A nossa gestão termina, mas fica para classe a mensagem da sua importância para o desenvolvimento de um Estado carente de novas referências e ações. Nossa classe precisa dizer sim para mais esta missão.

A nossa gestão termina, mas fica para classe a mensagem da sua importância para o desenvolvimento de um Estado carente de novas referências e ações. Nossa classe precisa dizer sim para mais esta missão.

O objetivo do Relatório Integrado de 2019 é compartilhar com a sociedade e, especialmente, com a classe contábil, o desenvolvimento de nossas ações visando prestar contas das ações realizadas e dar transparência à nossa gestão. As páginas seguintes trazem detalhes sobre a Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo, a Governança, Estratégia e Alocação de Recursos, os Riscos, Oportunidades e Perspectivas, os Resultados e Desempenho da Gestão, as Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis e outras informações relevantes.

Emílio Sérgio Oliveira dos Santos

Contador Emílio Sérgio Oliveira dos Santos

QUEM SOMOS

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá não possui Delegacias nos municípios.



Classe
Contábil
Amapaense

Profissionais Registrados No Conselho: 1.589

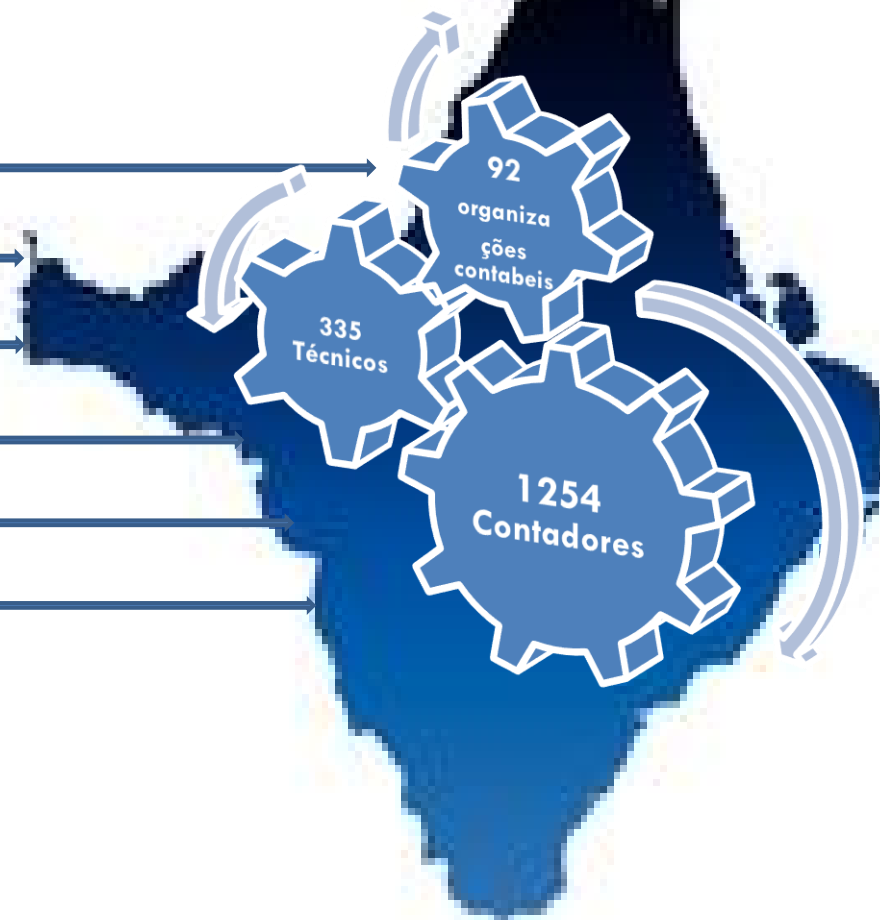
Conselheiros Efetivos: 09

Conselheiros Suplentes: 08

Funcionários Efetivos: 05

Cargos Comissionados: 02

Estagiário: 01





Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – CRCAP, é uma autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei 12.249/2010, presta serviço de natureza pública, possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 08 de dezembro de 201, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e pela Resolução 189/2014 de 06 de maio de 2014, que aprova o Regimento Interno do CRCAP. O CRCAP é integrado por um total de 09 Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes – Decreto-lei nº. 1.040/69, alterado pela Lei nº 11.160/05. Tem por finalidade registrar os profissionais e organizações contábeis, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada por meio de cursos, treinamentos, palestras e eventos.

Nossa receita é proveniente da arrecadação com anuidades, multas, juros e taxas pagas pelos profissionais e organizações.

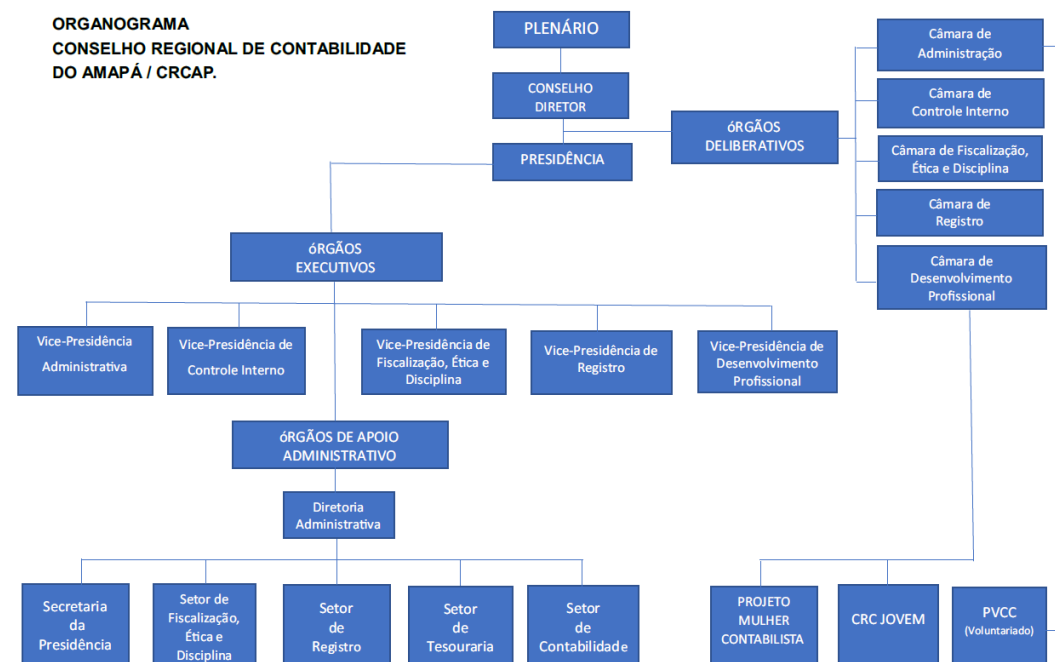
FUNÇÕES BÁSICAS

- ❖ Fiscalizar e orientar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil no estado do Amapá.
- ❖ Registrar e cadastrar os profissionais e as organizações contábeis do Estado do Amapá;
- ❖ Promover a educação continuada aos profissionais da contabilidade do Estado do Amapá.

Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento

No momento que o Conselho Federal de Contabilidade registrou dados que justificavam o surgimento de uma nova Entidade Fiscalizadora, resolveu criar o CRC/AP. Walter Coelho, em outubro de 1992, junto com o seu grupo, viajou para Brasília/DF, com a

finalidade de participar da Reunião Plenária onde seria expedido o ato de criação do CRC/AP. Para felicidade de todos o trabalho estava concluído e o Conselho Federal de Contabilidade, já com fatos concretos, criou o Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, pelo desmembramento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará. Valeu a luta e a dedicação de todos que contribuíram para a implantação de uma entidade fiscalizadora no Estado do Amapá. Em 22 de setembro de 1992, estava criado o CRC/AP, com sede e foro no Município de Macapá e sua organização foi determinada pela Resolução CFC nº 735/92:



Art. 8º, Resolução 189/2014 CRCAP

Órgão Deliberativo Superior Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

Câmara de Fiscalização, Ética e

Disciplina

Câmara de Registro

Câmara de Controle Interno

Câmara de Desenvolvimento

Profissional

Câmara Administrativa

Órgãos Consultivos

Conselho Diretor

Conselho Consultivo

Comissões Específicas

Grupos de Trabalho

Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

Presidência

Vice-Presidência de Fiscalização,

Ética e

Disciplina

Vice-Presidência de Registro

Vice-Presidência de Controle Interno

Vice-Presidência Administrativa

Vice-Presidência de Desenvolvimento

Profissional

Premissas Básicas do CRCAP

Cumprir Normas
Brasileiras de
Contabilidade (NBCs)
de natureza técnica e
profissional, bem como os
Princípios de Contabilidade e
Orientações Técnicas

**Registrar e
fiscalizar o**
exercício da profissão
contábil.

Fiscalizar sobre
A aplicação do exame
De suficiência,
Cumprir as regras de utilização
Do recurso na Educação
Continuada, conforme
Resolução CFC Nº 1479/
2015

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética; Excelência; Confiabilidade; Transparência.

AMBIENTE EXTERNO

O avanço da tecnologia da informação, a facilidade extrema de comunicação, a internacionalização dos mercados, a relevância dos aspectos sociais, o avanço considerável das tecnologias e da ciência, a abusiva concentração de riqueza e o aumento considerável dos índices de miséria na América Latina, a necessidade de preservar o planeta em suas condições ecológicas e os grandes esforços de harmonização de princípio e normas, foram fatores que influenciam para que a contabilidade seja ainda mais significativa e mude juntamente com o panorama econômico e social..

A resolução CFC nº 853/99 de 28 de julho de 1999, estabeleceu pelo Conselho Federal de Contabilidade, o exame de suficiência como pré-requisito para a habilitação profissional, e adotado programas de educação continuada por meio de cursos de aperfeiçoamento, seminários ou fóruns de estudos. A Lei 12.249 de 2010, institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil. Esses procedimentos de exames fazem partes de uma série de ações voltadas para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade dos profissionais, associados às necessidades mercadológicas atuais, porque novos tempos exigem profissionais muito bem qualificados e que necessitem atualizar sempre seus conhecimentos. A cada momento novidades tecnológicas surgem tornando obsoletos muitos dos conhecimentos anteriormente adquiridos.

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais, têm trabalhado o tema em diversos eventos de capacitação da classe, a exemplo de Convenções estaduais, Fóruns, Seminários e Encontros que trazem para o debate os impactos da Revolução 4.0 e a chegada da Sociedade 5.0.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, através da Câmara de Desenvolvimento Profissional, com o Programa de Educação Profissional Continuada, realizou no ano de 2019: 09 Palestras e Treinamentos; 03 Seminários; 01 Fórum; 05 Cursos; 04 Encontros e 01 Termo de Cooperação. Estes eventos, foram realizados com o objetivo de trazer melhor conhecimento técnico ao profissional da contabilidade do estado do Amapá, preparando-os para os novos desafios do mercado, que é cada vez mais exigente na constante capacitação.

Participamos ainda de grandes eventos nacionais na área contábil, como 12º Encontro Nacional da Mulher Contabilista, que teve como Tema: Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade: Conduzindo Revoluções”. O evento foi realizado entre os dias: 11 e 13 de setembro de 2019, em Porto de Galinhas-PE, abordando temas como: Compliance e Governança, Cultura Inclusiva e os Desafios da Ciência Contábil Frente à Inovação Tecnológica. Já o IX Encontro da Amazônia Legal, realizado na cidade de Santarém-PA, teve como Tema: “A Prática Contábil para Desenvolvimento Sustentável”. O evento de tamanha envergadura legitima-se na sua importância na disseminação e crescimento da contabilidade na região Norte e Centro Oeste, além de seu destaque no âmbito político e econômico, mercado fecundo para o exercício das diversas áreas que a contabilidade proporciona.

Principais canais de comunicação com a sociedade:

Ouvidoria

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCAP para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e sugestões de simplificação (Simplifique!) referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

A partir de julho de 2019, O CRCAP passou a utilizar o Sistema de Ouvidoria fornecido pelo Conselho Federal de Contabilidade. A medida atende às exigências da Lei n.º 13.460/2017 e da Resolução CFC n.º 1.544/2018 e teve como objetivo proporcionar aos CRCs o atendimento ao cidadão de maneira rápida e segura.

No ano de 2019 tivemos apenas 02 (duas) manifestações na ouvidoria, uma para divulgar venda de um sistema (software) contábil e a outra para solicitar informações a respeito de registro

Manifestações Ouvidoria CRCAP 2019 – Total: 02



Portal da Transparência e e-Sic

Em cumprimento a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, o CRCAP mantém disponível o Portal da Transparência e Acesso à Informação e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Portal da Transparência

Canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos de gestão praticados pelo CRCAP, para a classe contábil e a sociedade brasileira.



e-Sic

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCAP que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação.

2019
Não tivemos manifestação no e-Sic

Comunicação Institucional

Acessos ao portal do CRCAP

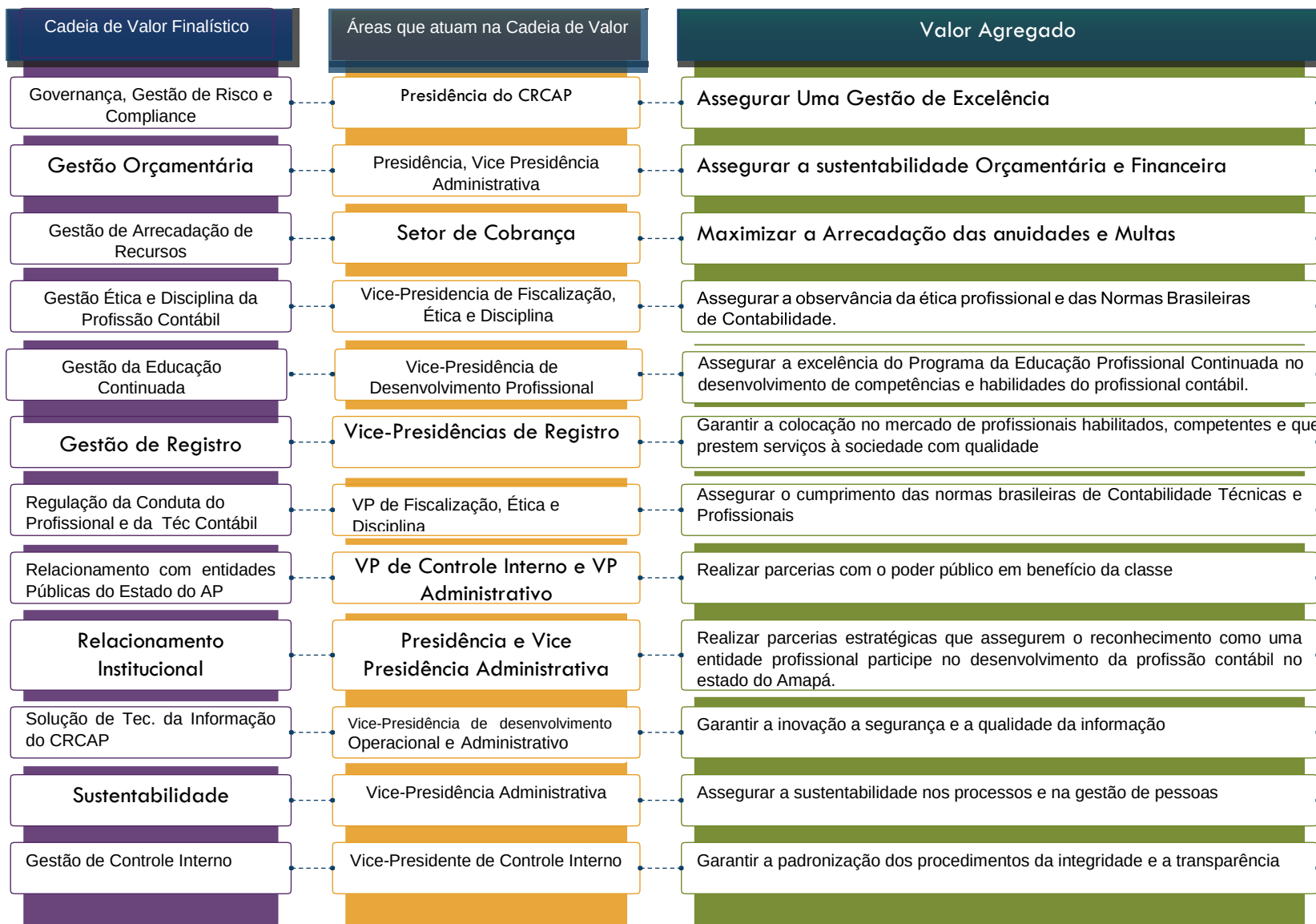


57.302

Facebook



24.980



Cadeia de Valor CRCAP

Representando as relações que integram sistema organizacional do CRCAP, proporcionando a manutenção de sua identidade e de sua autonomia, a Cadeia de Valor, representa os pilares da Lei de Regência do Sistema CFC-CRCs..

Entrega de Valor



Contabilidade como fator de proteção do interesse público



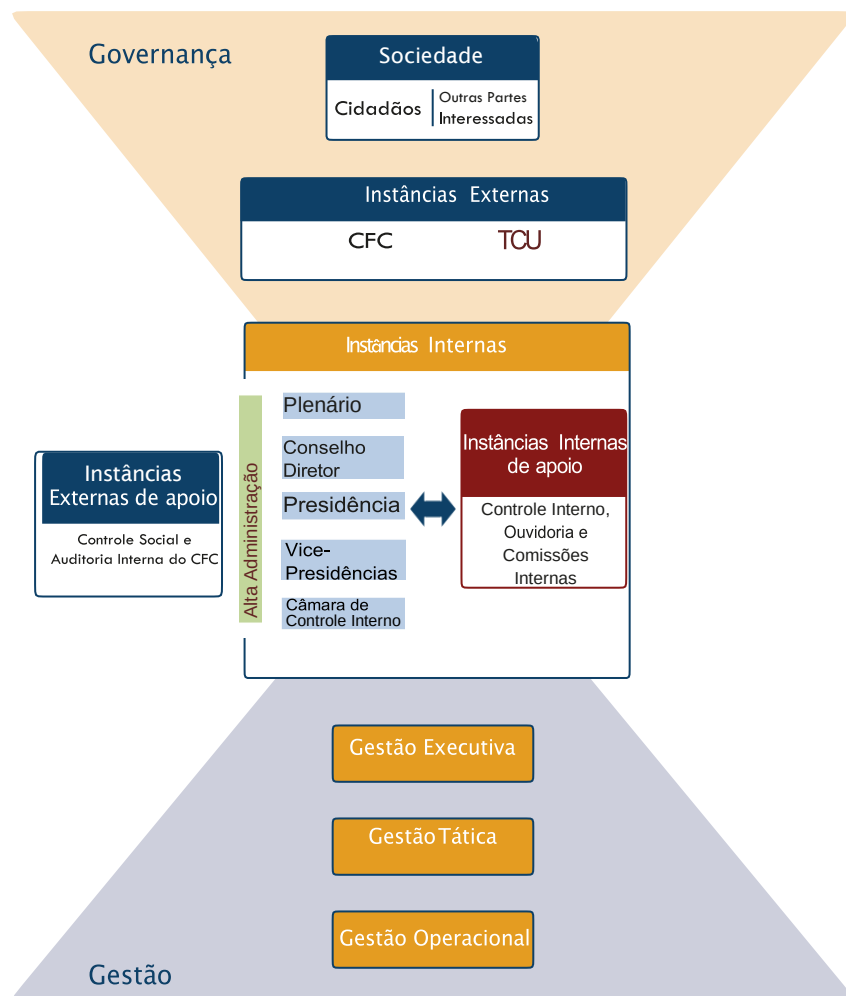
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



Estrutura e Práticas de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549/2018, com o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos, alinhar as ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e prestar contas das atividades desenvolvidas para a sociedade, baseado nos princípios da transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e *accountability*.

No CRCAP, a Governança compreende a seguinte estrutura:



A partir do Referencial Básico de Governança aplicável à órgãos e Entidades de Administração Pública (RBG), publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Integridade, Gestão de Governança e Compliance do CRCAP, promoveu o levantamento das práticas de governança promovidas no âmbito do regional, considerando os mecanismos de governança estabelecidos pelo RBG – liderança, estratégia e controle – e os componentes imprescindíveis para que as funções de avaliar, direcionar e monitorar fossem executadas de forma satisfatória.



Assim, foram identificadas as ações promovidas pelo CRCAP, associadas a cada um dos componentes dos mecanismos de governança, conforme relação seguinte dos normativos que demonstram o atendimento às práticas de Governança.

	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
Mecanismo Liderança	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CRCAP; Plano de Cargos e Salários do CRCAP.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCAP	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores; Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício..	L4.1 - Regimento Interno do CRCAP; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCAP.
	L1.2 - Plano de Desenvolvimento de Líderes do CRCAP em implantação para 2020.	L2.2 - Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCAP.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	L4.2 - Regimento Interno do CRCAP; Limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCAP.
	L1.3 - Comissão de Avaliação de Desempenho do CRCAP.	L2.3 - Comissão de Gestão da Governança do CRCAP; Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCAP	L3.3 - Decreto-Lei nº 1.040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de	L4.3 - Regimento Interno do CRCAP; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCAP.

	gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCAP
L1.4 - Regulamento Geral do Conselho de Contabilidade; Plano de Cargos e Salários do CRCAP.	L3.4 - Comitê de Gestão de Riscos do CRCAP. Política de Gestão de Riscos do CRCAP e Plano de Gestão de Riscos do CRCAP (Sendo implantados até junho de 2020)

	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
Mecanismo Estratégia	E1.1 - Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCAP; Resolução CFC n.º 1.544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei n.º 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	

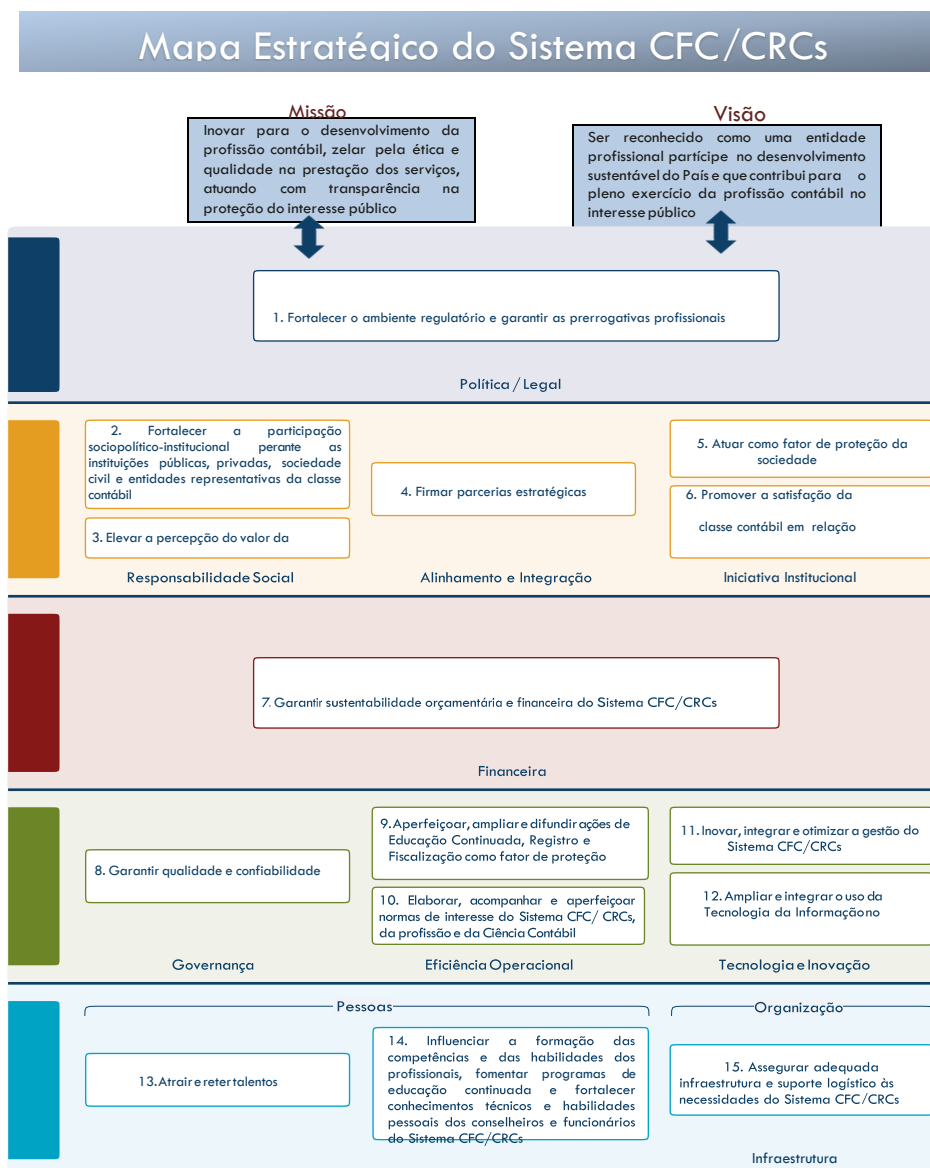
	Gestão de Risco e Controle	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
Mecanismo Controle	C1.1 - Regimento Interno do CRCAP; Política de Gestão de Riscos do CRCAP (em implantação); Plano de Gestão de Riscos do CRCAP (Em implantação).	C2.1 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regimento Interno do CRCAP.	C3.1 - Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCAP

C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CRCAP; Plano de Gestão de Riscos do CRCAP (Em implantação) Comitê de Gestão de Riscos do CRCAP	C2.2 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Eleição dos membros do Plenário do CRCAP; Plano de Cargos e Salários do CRCAP.	C3.2 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema FC/CRCs.
	C2.3 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Política de Governança do Sistema CFC/CRCs;	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.

A aplicação sistemática das iniciativas legais, regulamentares e de auto-regulação, geram uma cultura de transparência nas instituições e na gestão, cujos resultados se traduzem na captação de novos e melhores recursos humanos e financeiros. Desse modo, o CRCAP vem implantando a governança em seus processos e procedimentos.

Estratégia

Somam-se às práticas de governança implementadas no âmbito do CFC a padronização de procedimentos e a fixação de limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens, sempre com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs, conforme Mapa Estratégico 2018/2027, cujas metas são reavaliadas a cada biênio pelas instâncias internas de governança dos Conselhos de Contabilidade



Alocação de Recursos

Considerando que os objetivos devem traduzir em ações operacionais o desempenho da entidade, correlacionando os projetos, as metas e os indicadores estratégicos à visão e à missão institucional, as prioridades da gestão 2019 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados.



Estamos em processo avançado do concurso público para contratação de fiscal contador, uma vez que nós estamos sem este profissional em nosso quadro de funcionários, para que possamos atuar na fiscalização da profissão contábil de maneira regular. Previsão para realização do concurso e contratação até o final de abril de 2020. Quanto ao Registro Profissional, não realizamos nenhum evento que tivéssemos custos financeiros. Utilizamos as redes sociais e telefonemas, o que não tem custos financeiros.

O CFC, proporcionou capacitação para os profissionais de todos os conselhos regionais, incluindo nas capacitações, funcionários e vice presidentes das câmaras do CRCAP, no setor de Fiscalização e Registro.

A Câmara de Desenvolvimento Profissional tem a prerrogativa de gerir as atividades relacionadas ao Desenvolvimento profissional dos profissionais registrados no CRCAP e o papel de capacitadora, conforme NBC PG 12 (R3), elaborar o plano de trabalho anual da área de Desenvolvimento Profissional como a programação dos seminários, palestras, cursos e demais atividades relacionadas aos projetos de educação continuada e determinar a estratégia de execução do programa a ser desenvolvido, coordenar e planejar os trabalhos relacionados com o projeto excelência em Contabilidade do CRCAP em sintonia com o Conselho Federal de Contabilidade, coordenar em conjunto com a Diretoria Executiva do Regional os trabalhos relacionados com a aplicação do exame de suficiência e a aplicação do exame de qualificação técnica, organizar e planejar em conjunto com as comissões de estudo os eventos do CRCAP.



Riscos, Oportunidades e Perspectivas



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O processo integrado de Controle Interno no CRCAP, objetiva atender as diretrizes estratégicas; avaliar a execução ética, economicamente eficiente e eficaz das operações; assegurar a conformidade das práticas; buscar a proteção do patrimônio e a salvaguarda dos recursos.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos do CRCAP será implementada no ano de 2020, através da Comissão de Gestão de Risco, respectivamente, definirá os princípios, as diretrizes, a metodologia e o detalhamento dos procedimentos de gerenciamento de riscos da entidade. Com a finalidade de orientar e subsidiar a implantação da gestão de riscos nos principais processos e atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais do CRCAP, o Plano de Gestão de Riscos detalhará a metodologia, os conceitos, os papéis e as responsabilidades dos envolvidos, assim como estabelecer o processo de classificação, avaliação, adoção de respostas e monitoramento aos eventos de riscos identificados. Isto está dentro do planejamento estratégico para 2020, conforme segue abaixo.

Natureza de risco	Categoria do risco
Não orçamentário- financeira	Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CRCAP.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCAP em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CRCAP, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.

Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs.

Orçamentário

Financeiro

Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CRCAP de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Mapeamento dos processos Identificação de Riscos Identificação de Riscos Priorização de Riscos Análise de Riscos Tratamento dos Riscos Contexto Avaliação de Riscos Monitoramento Comunicação

Plenário	- aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; - aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações.
Conselho Diretor	- propôr ao Plenário do CRCAP a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; - acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos; - acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos.
Presidência	- definir a Política de Gestão de Riscos; - avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos; - definir o apetite a risco do CRCAP; - aprovar a indicação dos gestores de riscos.
Diretoria Executiva	- gerenciar a implementação da gestão de riscos; - definir os processos prioritários para a gestão de riscos; - comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos; - dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais; - orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão.
	elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCAP;

Comitê de Gestão de Riscos	• assessorar a alta direção; • comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos. • recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCAP; • tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCAP; • estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos. • realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas. • orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos. • elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. • comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos
Gestores de áreas	• sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos; • monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área; • validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos; • monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área; • comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos.
Gestores dos Riscos	• executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade; • comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

- Mitigar o risco: consiste na redução do impacto ou da probabilidade de ocorrência do risco.
- Compartilhar o risco: consiste na transferência de uma parte do risco a terceiros.

Selecionada a resposta mais adequada para tratamento dos riscos, a fase seguinte será a de elaborar um plano de ação documentando como a resposta será implementada, que deverá considerar:

- a eficácia das ações já existentes;
- as restrições organizacionais, técnicas e estruturais;
- os requisitos legais;
- a análise custo/benefício;
- as ações a serem realizadas;
- as prioridades;
- o cronograma de execução.

Respostas para tratamento dos riscos

- Evitar o risco: quando se decide por não iniciar ou continuar a ação que promove o risco ou, ainda, eliminar a fonte do risco.
- Aceitar o risco: quando nenhuma ação específica é tomada, seja porque o nível do risco é considerado baixo e tolerável pelo CRCAP, seja porque a capacidade para tratá-lo ou é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.



Resultados e Desempenho da Gestão



Introdução

CRCAP adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema Gerencial de Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

O outro instrumento empregado é o Sistema Gerencial de Indicadores, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual.

Os indicadores são uma relação matemática que mede, numericamente, os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CRCAP tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCAP vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

A seguir, para cada objetivo estratégico, é apresentada uma análise sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT, investimento total, prioridades estabelecidas, desafios e riscos.

Fiscalização

Para a efetivação das ações de fiscalização o CRCAP, mantém um diálogo com a sociedade enviando informações referentes ao exercício ilegal da profissão contábil, bem como à má conduta de profissionais da contabilidade no exercício de suas prerrogativas, através da formalização de denúncias.

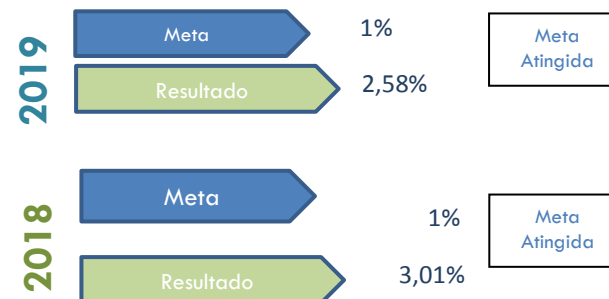
Assim, são nítidas e enormes as responsabilidades sociais e a importância da fiscalização como fator de proteção da sociedade, já que ela abrange não só os envolvidos diretamente – profissionais da contabilidade, organizações contábeis, entidades de quaisquer naturezas e órgãos públicos – mas também todos que se valem ou se beneficiam direta ou indiretamente da atuação destes profissionais. Desse modo, o CRCAP demonstra o seu compromisso de fortalecer os mecanismos de fiscalização.

Concurso para Fiscal Contador

Visando suprir a falta de Fiscal Contador foi instituída, através da portaria CRC/AP n.º 003/2019, Comissão Organizadora para realização de Concurso Público, afim de preencher vagas e formar cadastro reservas afim de suprir a necessidade deste CRCAP. Previsão para realização do concurso

Registro

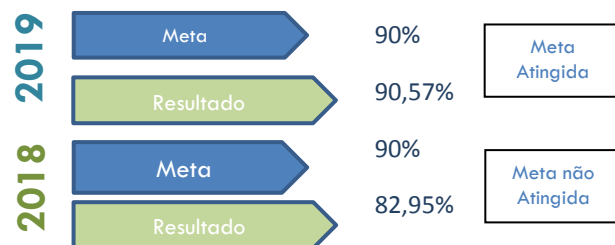
Índice de evolução de registros profissionais ativos



A recorrente redução no número de registros profissionais é influenciada diretamente pela crise econômica dos últimos anos, que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. O CRCAP, com auxílio do Conselho Federal, têm realizado ações de

incentivo para que os candidatos aprovados em exame de Suficiência solicitem seus registros profissionais, uma vez que a obtenção do registro é essencial ao exercício regular da profissão contábil.

Tempo médio de julgamento de processos de registro



Principais projetos e ações

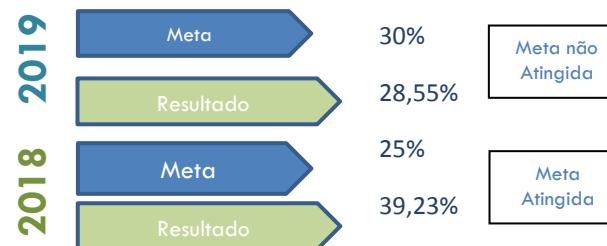
Exame de Suficiência Estado do Amapá

Exame	Presentes	Aprovados	% de aprovação
1º/2019	209	39	18,66%
2º/2019	226	39	17,26%

O exame de Suficiência é uma das ações do Conselho Federal para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha as habilidades e as competências necessárias para cumprir as demandas do mercado e destina-se a comprovar que o profissional formado detém conhecimentos suficientes para oferecer serviços com qualidade. Por consequência, a maior beneficiada com aplicação do exame é a sociedade brasileira, que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

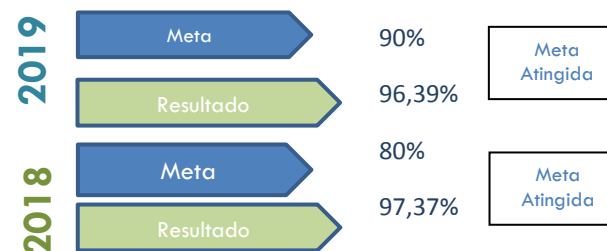
Educação Continuada

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação



Destaca-se que o Sistema CFC/CRCs tem ao longo do tempo, primado pela política de excelência educacional, norteadas pela necessidade de se disponibilizar para o mercado profissionais capacitados e sintonizados com as mudanças da profissão.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros



Investimentos em Desenvolvimento Profissional – per capita



Exame de Qualificação Técnica (EQT)

Nos termos da NBC PA 13 e NBC PP 02, foram realizadas, em 2019, duas edições do Exame de Qualificação técnica para auditores (EQT-auditoria) e uma para o Exame de Qualificação Técnica para Peritos Contábeis (EQT-Perícia)

Exame	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados
19º EQT - Prova QTG	02	0	0%
20º EQT- Prova QTG	01	0	0%
3º EQT - Perícia Contábil	04	01	25%

Gestão Orçamentária e Financeira

Execução orçamentária

O orçamento do CRCAP em 2019 foi estimado em R\$ 851.000,00 tendo sido arrecadado o valor de R\$ 874.116,53, equivalente a 102,71 da receita prevista. As despesas executadas representaram o montante de R\$817.031,20, correspondendo a 87,55% do valor arrecadado. O índice de eficiência orçamentária demonstra a relação entre as receitas e despesas.

R\$ 851.000,00
Orçamento previsto
R\$ 874.116,53
Receita realizada
R\$817.031,20
Despesas executadas

O CRCAP cumpriu o princípio do Equilíbrio Orçamentário ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Os resultados apurados em 2019 foram satisfatórios, justificados por ações voltadas à execução dos programas institucionais.

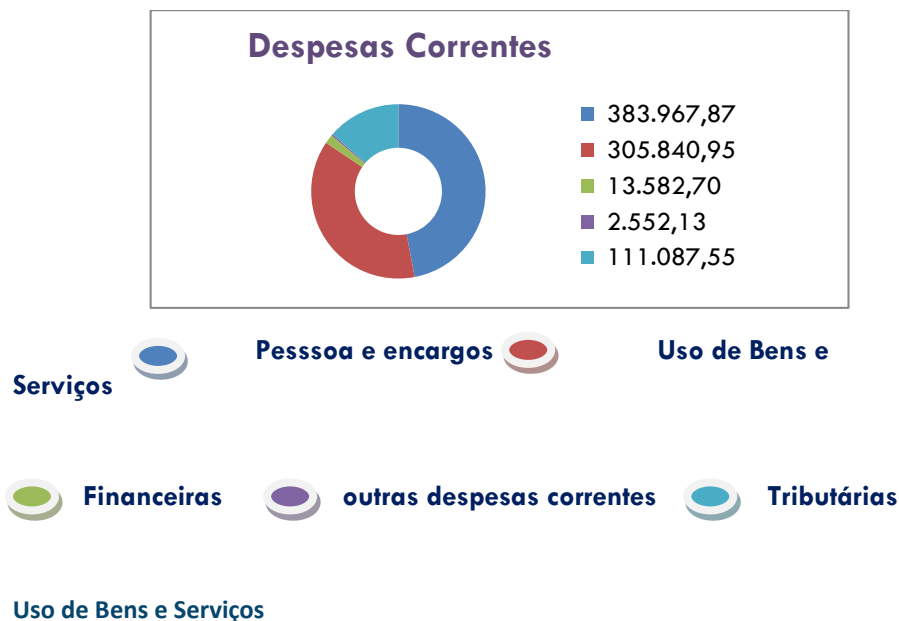
Resultado Financeiro

O CRCAP apresenta uma situação financeira confortável, referente à capacidade de solvência do seu passivo financeiro, o superávit financeiro apurado em 2019 foi de R\$ 284.605,67

Resultado Financeiro 2019	
Ativo Financeiro	R\$ 318.015,48
(-) Passivo Financeiro	R\$ 33.409,81
Superávit Financeiro	R\$ 284.605,67

Despesas Correntes

As despesas correntes representam cerca de 87,55 % da despesa total e apresentam uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 817.048,17; as de maior relevância estão descritas a seguir;



- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CRCAP: 37,43%

(R\$ milhares)

DESPESAS CORRENTES						
Grupo de Despesas	Empenhadas R\$		Liquidadas R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1.Despesas de Pessoal	319.730	464.654	383.967	464.654	383.967	464.654
Remuneração de pessoal	241.468	308.149	241.468	308.149	241.468	308.149
Encargos Patronais	78.262	89.667	78.262	89.667	78.262	89.667
Benefício Pessoal	64.237	66.838	64.237	66.838	64.237	66.838
2. Uso de Bens e Serviços	305.841	146.635	305.841	146.635	305.841	146.635
Material de Consumo	14.321	500	14.321	500	14.321	500
Serviços	217.235	131.528	217.235	131.528	217.235	131.528
Diárias	32.332	5.600	32.332	5.600	32.332	5.600
Passagens	41.953	9.007	41.953	9.007	41.953	9.007
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0
3. Financeiras	13.583	27.150	13.583	27.150	13.583	27.150
Serviços Bancários	13.583	27.150	13.583	27.150	13.583	27.150
4. Outras Despesas Correntes	113.640	109.298	113.640	109.298	113.640	109.298
Subvenções	0	0	0	0	0	0
Tributárias	111.088	107.521	111.088	107.521	111.088	107.521
Demais elementos do grupo	2.552	1.777	2.552	1.777	2.552	1.777
DESPESAS CORRENTES	817.031	747.737	817.031	747.737	817.031	747.737
TOTAL DAS DESPESAS	817.031	747.737	817.031	747.737	817.031	747.737

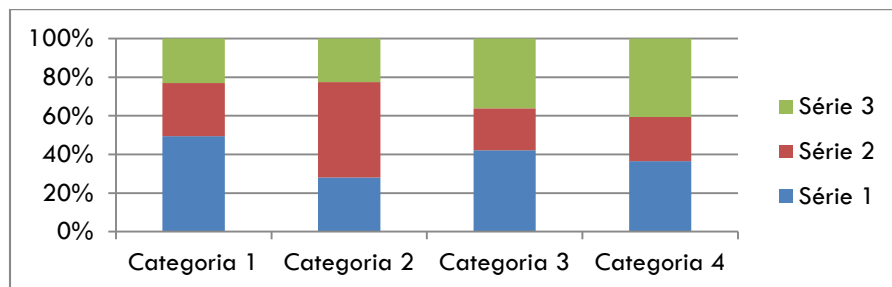
Gestão de Pessoas

A força de trabalho efetiva em 31/12/2019 do CRCAP é composta por empregados efetivos (96%), cargos em comissão (2%), estagiários (1%) e prestadores de serviço (1%). 09 no total.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinando-se as atribuições de assessoramento à gestão. Os prestadores de serviços são contratados por meio de licitação e destinam-se a execução dos serviços de

informática. Os estagiários são estudantes do ensino superior que desenvolvem atividades relacionadas às suas áreas de formação profissional, sob a supervisão de empregado efetivo. A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos termos previstos na Resolução CRCAP n.º 000/0000.

Comparativo do Quadro de Colaboradores



Detalhamento da Despesa de Pessoal



Gestão de Licitações e Contratos

O CRCAP observa a Lei n.º 8.666/93, a Lei 10.520/2002, a Lei Complementar 123/2006, o decreto 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências que disciplinam os procedimentos de contratações.

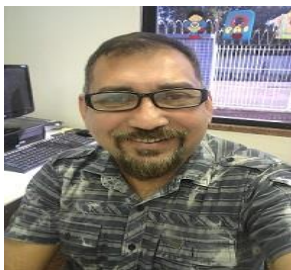
Modalidade de contratação	2019
Contratação Direta	85.037,75
Dispensa	55.037,75
Inexigibilidade	30.000,00
Total	85.037,75



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Contador Geral do CRCAP



Marco Antônio Bastos

O Departamento de Contabilidade do CRCAP, compõe a estrutura da Coordenadoria Administrativa – COAD, do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do CRCAP.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá.

As demonstrações contábeis do CRCAP foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 020/2018 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU n.º 170/2018, de 19/09/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são: Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CRCAP; Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações

patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com as letras “a”, “b” “c” “d” “e” e “f” do capítulo IV seção I do artigo 15º da Resolução CRCAP n.º 189/2014 de 16 de outubro de 2014, que aprova o Regimento do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Auditoria e de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços:

Com a emissão das normas, o CRCAP precisou reestruturar suas prioridades e estabelecer metas para implementação do novo modelo, mesmo diante de uma conjuntura repleta de desafios. Com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRC apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;

- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;
- Registro contábil por meio de eventos;
- Controle orçamentário por meio de empenhos;
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Desafios:

Primando pela aplicação das boas técnicas e na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, diversidade e amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:

- Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

- Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá.

Balanço Patrimonial (BP)



(R\$ milhares)									
ATIVO		NE	2019	2018	PASSIVO		NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS				
Caixa e Equivalente de Caixa					Encargos Sociais a Pagar				
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO					OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO				
Créditos a Receber					Obrigações Fiscais de Curto Prazo				
					Depósitos Consignáveis				
					Fornecedores				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO					DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO				
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros					Contas a Pagar				
Tributos e Contribuições a Recuperar					Outras Obrigações Legais				
Empréstimos Concedidos					PROVISÕES DE CURTO PRAZO				
Créditos por Danos ao Patrimônio/Div. Responsáveis					Provisões Trabalhistas				
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados					Provisões de Cota Parte				
Outros Créditos e Valores a Receber									
ESTOQUES					VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS				
Almoxarifado					Cauções				
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					Depósitos Judiciais				
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente									
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Créditos Realizáveis a Longo Prazo									
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL									
Investimentos									
					TOTAL DO PASSIVO				
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social				
					TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
TOTAL DO ATIVO									

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

(Lei nº 4.320/64)

(R\$ milhares)				(R\$ milhares)			
DESCRIÇÃO	NE	2019	2018	DESCRIÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO	20	1.373.156	1.726.338	PASSIVO	20	1.653	1.010
Ativo Financeiro		318.015	293.732	Passivo Financeiro		48.210	65.328
Ativo Permanente		1.055.141	1.432.605	Passivo Permanente		68.914	77.527
SALDO PATRIMONIAL						1.256.032	1.583.483

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS								
							(R\$ milhares)	
DESCRIÇÃO	NE	2019	2018	DESCRIÇÃO	NE	2019	2018	
Variações Patrimoniais Aumentativas				Variações Patrimoniais Diminutivas				
Contribuições		833.876	779.907	Pessoal e encargos		364.465	408.088	
Exploração de bens e serviços		25.534	20.268	Benefícios assistenciais		0	0	
Financeiras		305.298	350.191	Uso de bens e serviços		370.577	242.948	
Transferências		266.402	363.509	Financeiras		23.166	34.090	
Valorização e ganhos com ativos		0	0	Transferências		0	0	
Outras variações patrimoniais aumentativas		787.633	11.066	Tributárias e contributivas		112.691	145.095	
				Desvalorização e perda de ativos	22	1.844.890	322.515	
				Outras variações patrimoniais diminutivas		497	44.676	
TOTAL		2.218.743	1.514.940	TOTAL		2.716.287	1.197.412	
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO						23	497.544	317.529

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCAP nos exercícios de 2019 e 2018.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (R\$ milhares)			
DESCRIÇÃO	NE	Patrimônio líquido	
		2019	2018
Saldo Inicial do Exercício		1.753.576	0
Ajustes de Exercício Anterior		0	-3.700
Resultado do Exercício		-497.544	1.757.276
Saldo Final do Exercício		1.256.032	1.753.576

Balanço Orçamentário (BO)

Superávit orçamentário

R\$ 42.285,00



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita Orçamentária	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES		851.000	933.241	874.117	(59.125)
Contribuições		482.774	482.774	540.722	57.948
Exploração de bens e serviços		8.855	8.855	7.757	(1.098)
Financeiras		57.474	57.474	54.668	(2.806)
Transferências		296.445	378.686	266.402	(112.285)
Outras receitas correntes		5.452	5.452	4.567	(885)
RECEITAS DE CAPITAL		0	0	0	-
TOTAL DAS RECEITAS		851.000	933.241	874.117	(59.125)
DÉFICIT		0	0	0	-
TOTAL		851.000	933.241	874.117	(59.125)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO				0	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
DESPESAS CORRENTES		850.500	82.241	932.741	831.832	831.832	0	100.909
Pessoal e encargos		359.884	38.900	398.784	398.769	398.769	0	15
Benefícios assistenciais		0	0	0	0	0	0	-
Uso de bens e serviços		356.960	38.310	395.270	305.841	305.841	0	89.429
Financeiras		21.000	2.000	23.000	13.583	13.583	0	9.417
Transferências correntes		0	0	0	0	0	0	-
Tributárias e contributivas		111.256	0	111.256	111.088	111.088	0	168
Outras despesas correntes		1.400	3.031	4.431	2.552	2.552	0	1.879
DESPESAS DE CAPITAL		500	0	500	0	0	0	500
Investimentos		500	0	500	0	0	0	500
SUBTOTAL		851.000	82.241	933.241	831.832	831.832	0	101.078
SUPERÁVIT	25	0	0	0	0	42.285	0	-
TOTAL DAS DESPESAS		67.175	0	67.175	47.794	874.117		101.078

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA DESPESAS PAGAS

EXEMPLO		TOTAL EXECUTADO	SALDO INSCRITO EM RESTOS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS				
Pessoal e encargos		398.769	2.088	396.681
Benefícios assistenciais		0	0	0
Uso de bens e serviços		305.841	2.235	303.606
Financeiras		13.583	0	13.583
Transferências correntes		0	0	0
Tributárias e contributivas		111.088	0	111.088
Outras despesas correntes		2.552	0	2.552

As receitas de contribuição do Conselho Regional do Amapá são constituídas por da receita bruta da arrecadação, excetuados os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas.

Balanço Financeiro (BF)



BALANÇO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(R\$ milhares)

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
	NE	2019	2018		NE	2019	2018
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		874.117	894.891	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		831.832	747.737
Receitas Correntes		874.117	894.891	Despesas Correntes		831.832	747.737
Receitas de Capital		0	0	Despesas de Capital		0	0
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	24	986.089	841.650	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	24	1.008.270	858.718
Adiantamentos a Pessoal		23.788	20.731	Adiantamentos a Pessoal		24.800	20.731
Tributos e Contribuições a recuperar		236	187	Tributos e Contribuições a recuperar		3.532	12.580
Crédito por Dano ao patrimônio		90.014	32.376	Crédito por Dano ao patrimônio		90.006	32.384
Pessoa a Pagar		217.628	238.745	Pessoa a Pagar		217.628	238.745
Encargos Sociais a Pagar		90.130	89.742	Encargos Sociais a Pagar		97.530	89.390
Obrigações de Curto Prazo		347.392	264.635	Obrigações de Curto Prazo		352.662	268.053
Provisões Trabalhistas		101.938	87.842	Provisões Trabalhistas		107.148	92.362
Transferências Legais		114.963	103.143	Transferências Legais		114.963	103.211
Depósitos Judiciais		0	4.249	Setenças Judiciais		0	1.262
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		277.246	147.159	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		297.350	277.246
TOTAL		2.137.451	1.883.700	TOTAL		2.137.451	1.883.700

Restos a Pagar Processados (RPP)



DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ milhares)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL		46.604,71	49.250,56	57.175,92	65,00	38.614,35
DESPESAS CORRENTES	xx	46.604,71	49.250,56	57.175,92	65,00	38.614,35
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR		46.604,71	49.250,56	57.175,92	65,00	38.614,35
RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR		46.604,71	49.250,56	57.175,92	65,00	38.614,35
RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR		46.604,71	49.250,56	57.175,92	65,00	38.614,35
RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGO			0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGO			0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. No encerramento de 2019 foram inscritos um montante de R\$ 49.250,56 em RPs. Ressalta-se que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs não faz referência à contabilização dos restos a pagar não processados, mas essa metodologia está sendo analisada pela Comissão de Revisão do Manual para ser implementada.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)



DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Fluxo de operações de caixa		
Ingressos	874.117	894.891
Receitas	874.117	894.891
Receitas de Contribuições	540.722	475.662
Exploração de bens e serviços	7.757	6.708
Receitas Financeiras	54.668	50.248
Transferências (Contribuições + auxílios)	266.402	353.509
Outras receitas correntes	4.567	8.764
Desembolsos	817.049	747.737
Despesas	817.049	747.737
Pessoal e encargos	383.968	464.654
Uso de bens e serviços	305.858	146.635
Despesas Financeiras	13.583	27.150
Despesas Tributárias e Contributivas	111.088	107.521
Transferências (Contribuições + auxílios)	0	0
Outras despesas	2.552	1.777
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	57.068	147.154

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações no caixa e equivalentes de caixa do CRCAP nos exercícios de 2019 e 2018, apresentando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento registradas no período.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade do CRCAP de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAPÁ **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá (CRCAP), localizado à Rua Hamilton Silva, N.º 1180, CEP: 68906-061 – Macapá-AP, criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10. Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, o CRCAP funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC N.º 1.370/2011 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCAP n.º 189/2014 e alterações.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 23/2019.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2019, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

Essas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente as informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho. Bem como, destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

As Demonstrações dos Conselhos Regionais não são consolidadas com as Demonstrações do CFC, ou seja, cada Regional e o Federal são entidades autônomas, administrativa e financeiramente, e as operações realizadas entre os Conselhos de Contabilidade são consideradas “transferências interconselhos”, as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou

“recebedor”). Podem ser voluntárias, neste caso, destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação legal.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota explicativa n.º 01.
- b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2012 foram efetuados os ajustes decorrentes da avaliação dos bens, conforme determina a Resolução CFC n.º 1.161/2009, reconhecendo o valor depreciável e do valor residual dos ativos imobilizados,

com reconhecimento do custo atribuído (deemed cost), de acordo com os laudo nº 2.952/12 e de acordo com Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI Nº 004/2012, conforme prevê o item 11 da NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08. No exercício de 2019, não ocorreram reavaliações.

- A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.
- c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das operações do Conselho Regional, cujos saldos estão assim evidenciados: em reais.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição

da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

DESCRIÇÃO	2019	2018
Caixa e Equivalente de Caixa	297.350	277.246
Bancos Conta Movimento	0	0
Bancos Conta Arrecadação	0	0
Bancos Aplicação Financeira	297.350	277.246
Disponível p/ Aplicação Vinculada	0	0

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

2 - Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,

c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.

d) doações e legados;

e) subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentado em 31/12/2019, um montante de:

Nota 2: Créditos a Receber de Valores de Curto e Longo Prazo

Título	2019	2018
	Ativo Circulante	
Créditos a Receber de Curto Prazo	340.328	720.347
Créditos do exercício	323.695	310.220
Créditos de exercícios anteriores	1.201.100	858.896
Parcelamento débitos	744.059	604.060
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.928.526,33	-1.052.828

Título	2019	2018
	Ativo não Circulante	
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4.240	145.346
Parcelamento débitos	78.666	196.654
Créditos de exercícios anteriores não executados	77.236	71.990
Dívida Ativa Executada	56.086	782.084
(-) Perda Estimada de Créditos	-207.748	-905.381

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019.

b) Ajustes para perdas créditos.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Nota 3: Perda Estimada de Créditos

DESCRIÇÃO	2019
	Ativo Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	2.268.854
Percentual de Inadimplência	83%
Cálculo de ajuste de perdas	-1.928.526
Créditos líquidos a receber	340.328

DESCRIÇÃO	2019
	Ativo não Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	922.560,93
Percentual de Inadimplência	99%

Cálculo de ajuste de perdas	-207.748,27
Créditos líquidos a receber	714.812,66

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.

Nota 04 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2019	2018
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	14.130,65	14.130,65
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	0	0
Tributos e Contribuições a Recuperar	14.123	14.123
Créditos por Danos ao Patrimônio	8	8
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0	0
Outros Créditos e Valores a Receber	0	0

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019.

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em 28/12/2019 e participação dos funcionários

no custeio do vale alimentação e vale transporte a ser descontado na folha de pagamento de Janeiro/2020.

b) Tributos e Contribuições a Recuperar

Compreende os valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de Cota parte repassada a maior e valores de imposto federal recolhido indevidamente aguardando restituição, conforme pedido a Secretaria da Receita Federal.

4 – Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCAP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de Consumo

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2019 e não houve ajustes necessários, também no sistema

operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

5 – Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

Nota 05:Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

DESCRIÇÃO	2019	2018
VPD pagas Antecipadamente	2.356	2.356
Seguros a apropriar	2.356	2.356
Assinaturas	0	0
Diárias Antecipadas	0	0
Passagens Antecipadas	0	0

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018.

6 – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

No exercício de 2019 não houve aquisições por parte do CRCAP.

a) Investimentos

São compostos pelas participações permanentes que representam os investimentos realizados em empresas. O CRCAP não possui investimento em ações da Empresa no ano 2019.

b) Imobilizado

b.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2019. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio da Portaria nº 09/2019, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Nota 06 - Bens Móveis e Imóveis

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2019, são:

DESCRIÇÃO	Saldo 31.12.2018	Aquisições		Baixas		Saldo 31.12.2019	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorporações	Alienação	Desincoperação		
Móveis e Utensílios	26.882	0	0	0	0	26.882	-25.248
Máquinas Equipamentos	67.223	0	0	0		67.223	-30.135
Instalações	0	0	0	0		0	0
Utensílios de copa e cozinha	864	0	0	0		864	-778
Veículos	100.312	0	0	0		100.312	-39.122
Equipamentos processamento de dados	78.645	0	0	0		76.845	-40.756
Biblioteca	0	0	0	0		0	0
Museu e Obras de Arte	0	0	0	0		0	0
Sede	558.000	0	0	0		558.000	-79.515
Terrenos	96.000	0	0	0		96.000	0
Total bens móveis	927.927	0	0	0	0	926.127	-215.554

b.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2010 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação nº 2926/2012.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciado com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro apostado no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Depreciação

Descrição	Vida Útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10%
Veículos (uso fiscalização)	5 anos	10%
Equip. de Processamento de dados	5 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	5 anos	10%
Sede/ Subsede/Sala/Garagens	25 anos	10%

DESCRIÇÃO		Aquisições	Baixas	Saldo 31.12.2019	Depreciação Acumulada
Móveis e Utensílios	26.882			26.882	-25.248
Máquinas Equipamentos	67.223			67.223	-30.135
Instalações					
Utensílios de copa e cozinha	864			864	-778
Veículos	100.312			100.312	-39.122
Equipamentos processamento de dados	76.845			76.845	-40.756
Sistemas processam. de dados					
Total bens móveis	272.126	0,00	0,00	272.126	-136.039

a) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

No exercício de 2019 não foram adquiridas nenhum software ou equivalentes.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

7 – Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Nota 11: Pessoal e Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

DESCRIÇÃO	2019	2018
Pessoal a Pagar	-	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	455,95	7.855,94
Total	455,95	7.855,94

a) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

No exercício de 2019 não foram adquiridas nenhum software ou equivalentes.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Os valores retidos dos fornecedores e são depositados, pelo Conselho, em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da IN MPDG n.º 5/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 023/2019.

Nota 13: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações

DESCRIÇÃO	2019	2018
Contas a Pagar crédito de terceiros	160,00	160,00
Transferências Legais	232,85	-
Outras Obrigações	16.227,10	15.464,20
Total	16.619,95	15.624,20

O saldo da conta “Transferências Legais” refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCAP repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade ou recebidos a maior os quais estarão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

8 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”. As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável” entre

outras e são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

- I Provisões Trabalhistas
- II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- III Provisão da Cota Parte

I Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:

Quadro 11: Provisões de Férias

DESCRIÇÃO	2019	2018
Provisão de férias	7.721,45	22.665,70
Encargos Sociais	-	5.066,57
Total	7.721,45	27.732,27

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores, devido às contratações e às demissões. Não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2019.

II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCAP. O Conselho não possui processos avaliados como de risco de possível e provável ganho, possível perda e remota que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O CRCAP não possui processos, com os graus de perda.

III Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Câmara de Controle Interno do CFC.

Quadro 13: Cota Parte

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota
Créditos a Receber - CP	295.438,99	59.087,80
Créditos a Receber - LP	23.216,26	4.643,25
Total da Carteira	318.655,25	63.731,05

9 – Empréstimos

Não houve no exercício de 2019, empréstimo obtido pelo Conselho Regional do Amapá.

10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente:

Quadro 15: Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	2019	2018
Patrimônio Líquido	1.256.032,26	1.583.482,67
Ajuste de Exercícios Anteriores		-3.700,42
Resultado Patrim. do Exercício	-497.543,51	147.435,57

Resultados Acum. Exerc. Anteriores	1.753.575,77	1.439.747,52
------------------------------------	--------------	--------------

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019.

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2019 não foram evidenciados valores que pertenceram a exercícios anteriores.

11 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2019 foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$284.605,67.

Quadro 16: Resultado Financeiro

DESCRIÇÃO	2019	2018
Superávit Financeiro	269.805,01	228.404,45
Ativo Financeiro	318.015,48	293.732,13
(-) Passivo Financeiro	48.210,47	65.327,68

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

12 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 17: Resultado Patrimonial

DESCRIÇÃO	2019	2018
Resultado Patrimonial	-497.543,51	317.528,67
Var. Patrimoniais Aumentativas	2.218.743,11	1.514.940,17
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	2.716.286,62	1.197.411,50

O Déficit deu-se em função, principalmente, das baixas dos créditos de anuidades e multas eleitorais anteriores a 2012

Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

13 – Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCAP para o exercício de 2019 foi aprovado por meio da Resolução nº 230/2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá, em 05 de Abril de 2019 no valor de R\$ 851.000,00 e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de excesso de arrecadação, cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo Conselho Federal de Contabilidade no valor de R\$ 296.445,00.

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de **R\$ 57.085,33**.

Quadro 18: Resultado Orçamentário

DESCRIÇÃO	2019	2018
Resultado Orçamentário	57.085,33	147.154,61
Receitas Arrecadadas	874.116,53	894.891,41
Despesas Empenhadas	817.031,20	747.736,80

Fonte: Balanço Orçamentário de 2019.

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro, totalizou R\$ 4.322,20 (quatro mil, trezentos e vinte e dois e vinte centavos).

Demonstração do Fluxo de Caixa

O demonstrativo deverá evidenciar as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as

atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos. No CFC, inclui ainda a concessão e amortização de empréstimos e outras operações da mesma natureza.
- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui à captação de recursos relacionados a empréstimos obtidos junto ao CFC, bem como, a amortização desses empréstimos.

 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIO 2019		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	874.117	894.891
RECEITAS	874.117	894.891
Receita de Contribuições	540.722	475.662
Exploração de Bens e Serviços	7.757	6.708
Receitas Financeiras	54.668	50.248
Transferências (Subvenções)	266.402	353.509
Outras Receitas	4.567	8.764
DESEMBOLSOS	809.651	764.804
DESPESAS	809.651	764.804
Pessoal, Encargos e Benefícios	385.146	468.822
Uso de Bens e Serviços	297.282	162.454
Despesas Financeiras	13.583	27.150
Despesas Tributárias e Contributivas	111.088	107.589
Transferências (Subvenções + Auxílios)	2.552	(1.211)
Outras Despesas		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	20.104	130.087
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	20.104	130.087
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	277.246	147.159
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	297.350	277.246
CT Marco Antonio Basto Nunes CRCAP-01282-08		
Emílio Sergio Oliveira dos Santos Presidente do CRCAP		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
		(R\$ milhares)	
DESCRIÇÃO	NE	Patrimônio líquido	
		2019	2018
Saldo Inicial do Exercício		1.753.576	1.439.748
Ajustes de Exercício Anterior		0	-3.700
Resultado do Exercício		-497.544	147.436
Saldo Final do Exercício		1.256.032	1.583.483

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2019.

Emílio Sergio Oliveira dos Santos

Contador Emílio Sergio de Oliveira dos Santos

Presidente do CRCAP

Marco Antonio Basto Nunes

Contador Marco Antonio Bastos Nunes

CRC nº 01282-08

Expediente

Presidente

Contador Emílio
Sérgio Oliveira dos Santos

Vice Presidente de Registro

Contadora Nair Mota Dias

Vice Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Lielbe Araújo da Silva

Vice Presidente de Controle Interno

Contadora Tanúbia Neuza de Oliveira
Barbosa

Vice Presidente Administrativo

Contadora Lucélia Araújo Quaresma

Vice Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contadora Lúcia Cláudia Alves Chaves

Diretora Executiva

Adm Elizete dos Santos Lacerda

Responsáveis pela Elaboração do Relatório de Gestão do CRCAP 2019

Diretora Executiva Elizete dos Santos Lacerda
Contador Marco Antônio Bastos Nunes
Contadora Simone Raquel Barreto Marques

Projeto Gráfico e Diagramação

Diretora Executiva Elizete dos Santos Lacerda
Contador Marco Antônio Bastos Nunes